

CONSULTA AOS TRABALHADORES

1. Número da consulta:

Consulta nº 1/2017

2. Objetivos:

O objetivo deste trabalho é organizar estatisticamente as questões, em matéria de higiene, segurança e saúde no trabalho, abordadas aos trabalhadores da empresa “**Ribadão, S.A.**”, no ano de 2017.

3. Introdução:

A entidade empregadora, com vista à obtenção de parecer, deve consultar por escrito, pelo menos uma vez por ano, os representantes dos trabalhadores para a segurança e saúde ou, na sua falta, os próprios trabalhadores sobre:

- A avaliação dos riscos para a segurança e a saúde no trabalho, incluindo os respeitantes aos grupos de trabalhadores sujeitos a riscos especiais;
- As medidas de segurança e saúde antes de serem postas em prática ou, logo que possível, em caso de aplicação urgente das mesmas;
- As medidas que, pelo seu impacto nas tecnologias e nas funções, tenham repercussão sobre a segurança e saúde no trabalho;
- O programa e a organização da formação no domínio da segurança e saúde no trabalho;
- A designação do representante do empregador que acompanha a atividade da modalidade de serviço adotada;
- A designação e a exoneração dos trabalhadores que desempenham funções específicas nos domínios da segurança e saúde no local de trabalho;
- A designação dos trabalhadores responsáveis pela coordenação, intervenção e evacuação de emergência;
- A modalidade de serviços a adotar, bem como o recurso a serviços exteriores à empresa ou a técnicos qualificados para assegurar a realização de todas ou parte das atividades de segurança e de saúde no trabalho;

- O equipamento de proteção que seja necessário utilizar;
- Os riscos para a segurança e saúde, bem como as medidas de proteção e de prevenção e a forma como se aplicam, quer em relação à atividade desenvolvida, quer em relação à empresa, estabelecimento ou serviço;
- A lista anual dos acidentes de trabalho mortais e dos que ocasionem incapacidade para o trabalho superior a três dias úteis, elaborada até ao final de março do ano subsequente;
- Os relatórios dos acidentes de trabalho referidos anteriormente.

Deve ser facultado o acesso às informações técnicas objeto de registo e aos dados médicos coletivos, não individualizados, assim como às informações técnicas provenientes de serviços de inspeção e outros organismos competentes no domínio da segurança e da saúde no trabalho.

O trabalhador e os seus representantes para a segurança e a saúde podem, a todo o tempo, apresentar propostas de modo a minimizar qualquer risco profissional.

4. Enquadramento Legal:

Lei 3/2014, de 28 de janeiro – Procede à segunda alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que aprova o regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho, e à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 116/97, de 12 de maio, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 93/103/CE, do Conselho, de 23 de novembro, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde no trabalho a bordo dos navios de pesca.

5. Apresentação e Análise dos resultados:

Em outubro de 2017 foi realizado um inquérito, sobre higiene e segurança no trabalho, aos colaboradores da empresa **“Ribadão – Industria de Madeiras, S.A.”**. Analisando as respostas obtidas, traçou-se um perfil da opinião dos trabalhadores em matéria de higiene e segurança no trabalho.

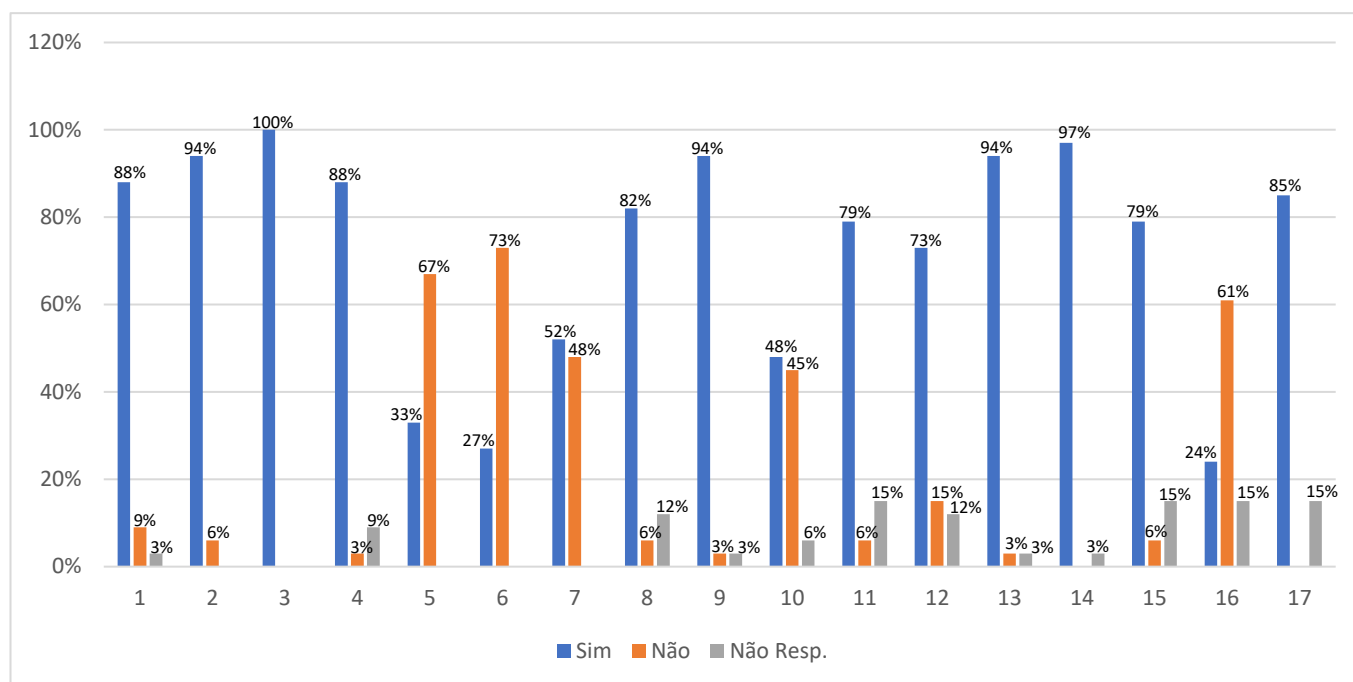


Gráfico 1 – Respostas dos trabalhadores

Conforme se pode constatar, verifica-se que os inquiridos afirmam que dispõem de condições adequadas de higiene e segurança no seu local de trabalho. 94% dos colaboradores consideram que a empresa cumpre com as suas obrigações ao nível da segurança, higiene e saúde no trabalho e afirmam serem informados sobre os riscos a que estão sujeitos na realização das suas funções. Se questionados se lhes são transmitidas informações sobre as medidas de prevenção que visam eliminar ou minimizar a consequência dos riscos a que estão expostos, obtemos uma resposta totalmente positiva.

Relativamente ao tema, combate a incêndios, 33% dos inquiridos possuem algum tipo de conhecimento de combate a incêndios e 73% não sabem manusear um extintor.

Atendendo à questão 7, 52% dos inquiridos afirmam terem conhecimento em Primeiros Socorros.

Os inquiridos afirmam que os equipamentos ou máquinas de trabalho que usam são seguros, conforme podemos analisar pelo gráfico 1.

Quando há uma avaria ou deficiência numa máquina, equipamento ou ferramenta, 94% dos trabalhadores afirmam reportá-la imediatamente ao seu superior.

Em relação à movimentação manual de cargas, 45% dos trabalhadores afirmam não proceder à elevação e transporte manual de cargas (superiores a 25kg). 79% dos inquiridos dizem ter cuidados especiais com as posturas que adotam para transportar cargas e usam os meios mecânicos para transportar as cargas pesadas.

Atendendo ao mesmo gráfico verifica-se que os colaboradores dizem que a empresa proporciona a realização de exames médicos.

Os inquiridos afirmam serem-lhes fornecidos os equipamentos de proteção individual necessários à realização das suas tarefas, sendo que 79% sabe contra que tipo de risco se estão a proteger, sentem-se mais protegidos quando usam os EPI's e por isso utilizam-nos para sua proteção e não porque é norma da empresa.

6. Medidas propostas

Feita a ação de consulta, de 2017, aos trabalhadores da empresa “**Ribadão – Industria de Madeiras, S.A.**”, importa tecer algumas considerações.

Analisando os resultados obtidos das respostas dos colaboradores às questões que lhe colocámos, podemos indicar algumas linhas de ação a executar.

Assim, consideramos indispensável:

1. Ação de formação ao nível de combate a incêndios e o manuseamento correto dos extintores;
2. Ação de formação na área dos primeiros socorros;
3. Ação de informação/sensibilização sobre EPI's.

7. Medidas a Implementar

Medidas propostas	Medidas a não implementar	Medidas a implementar	Data provável de implementação
1	Formação de Manuseamento de extintores com Bombeiros		
2			
3			

Nota: Justificar a implementação e não implementação das medidas propostas.

Medidas propostas	Nota Justificativa de implementação/ não implementação
--------------------------	---

1	
2	
3	

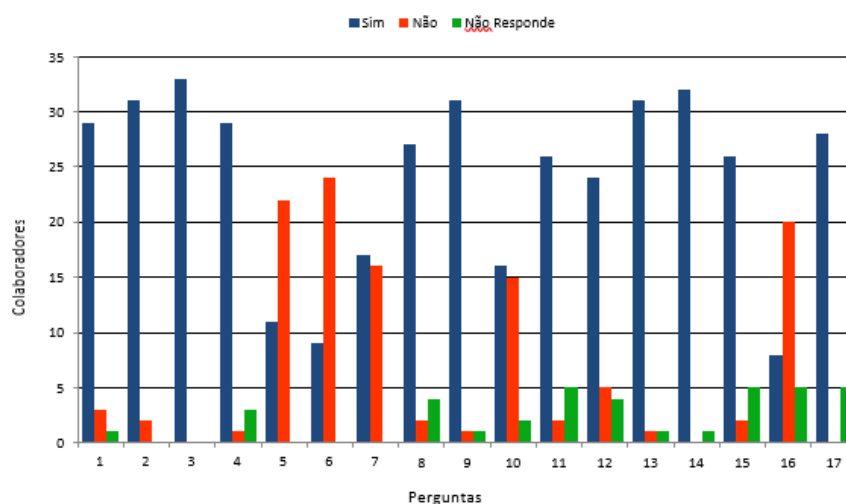
8. Informação ao colaborador

Para os devidos efeitos, declaro que fui informado do resultado e análise da consulta aos trabalhadores efetuada em 2017, bem como das medidas propostas pelo TSHST (Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho), as medidas implementadas e data provável de implementação e as medidas não adotadas e respetivas justificações.

CONSULTA AOS TRABALHADORES EM MATÉRIA DE HST 2017

Lei 102/2009 de 10.09

Pergunta	Resposta			Total
	Sim	Não	Não Resp.	
1	29	3	1	33
2	31	2	0	33
3	33	0	0	33
4	29	1	3	33
5	11	22	0	33
6	9	24	0	33
7	17	16	0	33
8	27	2	4	33
9	31	1	1	33
10	16	15	2	33
11	26	2	5	33
12	24	5	4	33
13	31	1	1	33
14	32	0	1	33
15	26	2	5	33
16	8	20	5	33
17	28	0	5	33



Pergunta	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Sim	88%	94%	100%	88%	33%	27%	52%	82%	94%	48%	79%	73%	94%	97%	79%	24%	85%
Não	9%	6%	0%	3%	67%	73%	48%	6%	3%	45%	6%	15%	3%	0%	6%	61%	0%
Não Resp.	3%	0%	0%	9%	0%	0%	0%	12%	3%	6%	15%	12%	3%	3%	15%	15%	15%